

# DIA DE CAMÕES E DE PORTUGAL: breve história de uma celebração nacional (1880-1977)

Maria Isabel João  
*Universidade Aberta (Lisboa)*

O dia de Camões é a 10 de Junho. A data foi estabelecida no século XIX, em resultado das investigações do visconde de Juromenha sobre a vida do poeta. Não se sabe se é exacta, mas para a história que pretendemos contar esse é um facto secundário. O que importa, realmente, é que ficou estabelecida na memória colectiva e tem sido objecto de comemorações, cujo significado queremos explicar neste artigo.

Se Camões, sempre associado ao poema épico da nação, *Os Lusíadas*, foi desde cedo objecto de admiração por parte das elites mais cultas, com o romantismo tornou-se uma figura de culto de letrados e intelectuais. O poema de Almeida Garrett, justamente intitulado *Camões*, a música de Domingos Bontempo e o quadro do pintor Domingos Sequeira, *A Morte de Camões*, apresentado em Paris em 1824, apesar de se ter perdido, marcaram uma época e um imaginário que perdurou. Segundo a lenda, o grande homem, prostrado pela doença e pela pobreza, estava a morrer num hospital, quando um dos seus amigos lhe veio anunciar a derrota na batalha de Alcácer Quibir, a morte do rei D. Sebastião e da elite portuguesa na funesta campanha, cuja consequência seria o fim da independência da pátria; soerguendo-se do leito, Camões exclamara que ao menos morria com ela.

O poeta que cantou a epopeia da nação morreu a 10 de Junho de 1580, um ano que insere nos fastos negros da pátria portuguesa. Na verdade, se sobre o dia da morte os dados são escassos e incertos, sobre o ano parece que, afinal, teria sido em 1579, um ano antes da tragédia a que veio a ser associada na memória nacional. Porém, a data não passa de um pormenor perante a força do mito e Camões aparece, simultaneamente, ligado à glória e à derrota, aos momentos em a pátria se eleva às alturas do Olimpo das nações e aos instantes em que perde, no campo

de batalha, em Alcácer Quibir, a fina flor da aristocracia e, em resultado disso, a sua independência.

Deste modo, o poeta tem estado presente nas horas positivas e de júbilo nacional, bem como nas grandes crises e na tristeza. Uma das imagens mais fortes desse facto é a da sua estátua envolta nos crepes do luto a seguir ao ultimato britânico, em 1890. A estátua que o cinzel de Vítor Bastos esculpiu em traços sóbrios, figura varonil e nobre, acompanhado por homens notáveis das letras portuguesas do seu tempo, passou a ser um lugar de peregrinação, no dia 10 de Junho. Além disso, é importante recordar que a primeira pedra foi lançada, com pompa régia, em 1862, e o monumento iniciou um período em que as estátuas começaram a povoar as praças de Lisboa, com o intuito de manter viva a memória dos homens ilustres da nação. Não é por acaso que Camões foi o primeiro a ser homenageado.

Naquele contexto, não admira que a primeira grande comemoração cívica realizada em Portugal, na linha do que vinha sendo feito em vários países da Europa e dentro do espírito do positivismo, tenha sido o tricentenário da morte do poeta, a 10 de Junho de 1880. Múltiplas iniciativas integraram o programa das celebrações que foram organizadas por uma grande comissão da imprensa portuguesa e mobilizaram as cidades e vilas do país, em cortejos e manifestações festivas que eram uma novidade na época.

O centenário camoniano deu o mote para que o dia 10 de Junho se tornasse um símbolo nacional. Nesse dia se celebrava o poeta e a epopeia que a sua pena imortalizara em verso heróico e no estilo clássico. O rei D. Luís e a corte participaram a contragosto num evento que tinha a marca dos sectores republicanos e dos monárquicos mais liberais, mas a efeméride acabou por congregar todas as forças vivas da nação e gerar uma grande unanimidade em torno da figura do poeta. De tal modo que se falou no «santanário» de Camões, o que não é despropositado se tivermos em conta que a comemoração laica se inspira nos rituais religiosos e nas celebrações dos santos. E, na verdade, no coro da retórica em honra do poeta perdia-se de vista a sua condição de homem do período quinhentista, construindo-se uma imagem mais conforme com os valores positivos do século XIX e com a ideia do grande homem que podia servir de exemplo para povo e as novas gerações.

Mercê da iniciativa de um deputado progressista, foi decretado que o dia seria de grande gala e de feriado nas repartições públicas. As alvoradas com descargas de artilharia, o embandeiramento dos edifícios públicos, as iluminações nocturnas e as exibições das bandas militares e das filarmónicas faziam parte dos festejos tradicionais naquele tipo de dias. Contudo, a monarquia constitucional não inscreveu o dia no calendário das celebrações anuais, provavelmente por já estar sobrecarregado

com as datas dos aniversários dos membros da família real, com as da implantação do regime da monarquia constitucional e com os inúmeros dias santos, próprios da tradição católica. Entre os feriados históricos distinguia-se o dia 1º de Dezembro, em que se comemorava a restauração da independência nacional.

Em 1881, no rescaldo do grande entusiasmo do tricentenário, ainda se comemorou o dia 10 de Junho, nomeadamente em Coimbra onde a academia inaugurou um monumento a Camões. Mas, nos anos seguintes, só pontualmente a data foi assinalada, em especial por associações ligadas aos republicanos e à maçonaria. O jornal *O Século* não deixava de evocar, nas suas páginas, uma efeméride que coincidia com a data da sua fundação e que era um marco para os republicanos portugueses. De facto, foi na sequência daquele evento que o republicanismo ganhou um novo fôlego e se consolidou em termos políticos e organizativos. Camões vestira o barrete frígio, na célebre caricatura de Bordalo Pinheiro, e fora apropriado pelos republicanos, com o impulso decisivo do escritor e estudioso da obra do poeta, Teófilo Braga, como o inspirador de uma revivescência nacional que só se poderia concretizar com a instauração da República.

Não é de estranhar, por isso, que após a implantação da República, logo em 1911, a Câmara de Lisboa adoptasse o dia 10 de Junho como feriado municipal. Tratando-se da capital do país e de uma figura que era considerada um símbolo da nacionalidade, geralmente os elementos da hierarquia superior do Estado assistiam da varanda do município às cerimónias ou integravam-se mesmo no cortejo que ia depositar flores no soco da estátua. A comemoração assumia, deste modo, foros de celebração nacional, apesar de só em 1925 ter sido publicado o decreto que instituiu o dia 10 de Junho como a festa de Portugal.

No ano anterior, tinha sido comemorado o quarto centenário do nascimento do poeta, por iniciativa da vereação da Câmara de Lisboa. O dia escolhido para os principais festejos foi o 10 de Junho, pelo facto de se desconhecer o do nascimento e daquele dia se ter vindo a impor como uma data associada às celebrações camonianas. Na grande comissão nacional que organizou as cerimónias públicas pontificou o jornalista Sebastião Magalhães Lima, uma figura respeitada do republicanismo e grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, que também tinha participado no tricentenário do poeta.

Sob o impacte de mais uma evocação nacional da memória de Camões, o governo decidiu decretar o 10 de Junho como o dia de Portugal. Dava-se, assim, razão a Oliveira Martins que, num ensaio escrito quando viveu em Espanha, publicado inicialmente em 1872, considerava que Camões era o verdadeiro epónimo da pátria portuguesa.<sup>1</sup> Porém, o dia

<sup>1</sup> Oliveira Martins, *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 97.

não se tornou um feriado sob o regime republicano, o que se compreende na conjuntura crítica das finanças públicas e do Estado que se viveu nos anos 20, em consequência da participação portuguesa na Grande Guerra. Estavam previstas, todavia, as manifestações próprias dos dias de gala nacional: salvas, embandeiramento e iluminação de edifícios públicos. A situação só foi alterada em 1929, já em plena ditadura, quando houve uma revisão do calendário dos feriados da República Portuguesa e a Festa de Portugal passou a fazer parte dele.

Assim se manteve durante o Estado Novo, nomeadamente no decreto de 1952 que mais uma vez reviu o calendário dos dias feriados. O regime salazarista manteve as celebrações oficiais, apesar de ter havido uns anos em que as cerimónias esmoreceram, porque a sua memória estava muito ligada ao republicanismo demoliberal. O dia 10 de Junho tornouse, contudo, ao longo do tempo um dos mais importantes feriados do Estado português, com um cunho fortemente nacionalista e político. O poeta que o tinha inspirado perdia-se de vista nas cerimónias públicas, dominadas pelas autoridades e pelo aparato do poder.

Com a instauração da democracia, depois do golpe de Estado de 1974, a data não deixou de ser comemorada, apesar de alguns sectores da sociedade portuguesa a considerarem demasiado conotada com o regime deposto. O impulso decisivo para a manutenção do feriado veio do primeiro presidente da República eleito pelo regime democrático, o general Ramalho Eanes. Em 1977, o major Vítor Alves foi nomeado comissário para a organização das cerimónias oficiais do dia 10 de Junho que passou a designar-se Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas.

À semelhança dos regimes anteriores, também a democracia procurou estabelecer um modelo de comemoração e um discurso actualizado sobre o valor e o significado do cantor de *Os Lusíadas*, mais consentâneo com a nova etapa pós imperial da história da nação. Por isso, o dia passava a integrar, expressamente, a menção às comunidades portuguesas existentes em diversas regiões do globo e da epopeia guerreira e imperialista da pátria salvava-se somente a ideia de um povo repartido pelo mundo. O feriado manteve-se até hoje com a mesma designação. Vejamos se resiste aos apertos financeiros do Estado português, aos acordos com os credores internacionais e a uma nova revisão dos feriados nacionais, mas estamos en crer que sim.

A invenção do Dia de Camões tem mais de um século. A 10 de Junho de 2011 fez exactamente cem anos que ele é comemorado de forma regular pelas forças vivas da nação. Quem são essas forças? As entidades públicas e oficiais, a parte do aparelho do Estado e dos quadros superiores que se constituem como organizadores e dinamizadores das celebrações. Sem esse elemento político, a comemoração já teria deixado

de existir na prática ou ficava circunscrita a esporádicas evocações de grupos de cidadãos que, por razões certamente diversas, não deixariam de recordar a efeméride.

A persistência da celebração está também indissolúvelmente ligada ao significado que lhe foi atribuído. Camões foi visto, logo no século XIX, como o símbolo por excelência da nacionalidade. Oliveira Martins e Teófilo Braga foram determinantes na construção dessa ideia, associando as vicissitudes da vida e da obra de Camões ao destino colectivo dos portugueses. O segundo fez mesmo um levantamento da frequência das edições de *Os Lusíadas* por épocas, para concluir que a mesma acompanhava os fluxos da própria consciência da nacionalidade e o grau de liberdade das instituições.

É claro que a figura de Camões assumia diferentes conotações, de acordo com as concepções ideológicas e a sensibilidade de cada um dos intervenientes nas comemorações. Por isso, Oliveira Martins advertia, em 1880, que «Camões é ao mesmo tempo uma infinidade de tipos para uma infinidade de criaturas arrastadas pelo entusiasmo do Centenário».<sup>2</sup> Acrescentava, a propósito, que tal é a sorte reservada aos homens que os povos erguem à altura de símbolos.

De facto, o símbolo caracteriza-se pela plasticidade e não pode ser reduzido a uma ideia simples e linear. Faz parte do domínio do afectivo, do emocional e, por isso, cada indivíduo o reinventa de acordo com os parâmetros da sua época, é certo, mas com alguma liberdade criativa. Assim, existe uma grande variedade de construções sobre Camões, apesar de ser possível consoante os períodos, os regimes políticos e as orientações ideológicas discernir os traços mais salientes dos mitos camonianos. No âmago deles, estão sempre presentes as múltiplas visões que se estabelecem da simbiose entre Camões e Portugal, entre o seu destino individual e o destino colectivo dos portugueses.

Segundo Georges Gurvitch, os símbolos «revelam velando e encobrem revelando».<sup>3</sup> Dito de outro modo, para os não iniciados, o mistério dos símbolos permanece total e carregado de equívocos. Façamos, por conseguinte, uma iniciação aos significados que o Dia de Camões teve ao longo de um século de celebrações, pela forma como foi designado, pelos rituais a que deu lugar e pelas palavras que foram proferidas na altura. No centro desta história está, afinal, o modo como Portugal tem sido pensado como nação e as formas como foi sendo identificado pelos diferentes actores sociais.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>3</sup> Citado em Jean Chevalier, «Introdução», em Jean Chevalier y Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Teorema, 1994, p. 9. Existe edição espanhola, Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Diccionario de los símbolos*, Barcelona, Ed. Herder, 1988.

### **Camões e a revivescência nacional**

Em 1880, uma geração de intelectuais tinha criado a ideia de que o país estava em plena decadência e, por isso, era necessário reunir as forças da nação para lhe dar um novo impulso, uma nova vida, mais de acordo com os tempos modernos do caminho-de-ferro, da indústria, da imprensa e da liberdade de opinião pública. A evocação de Camões, da Renascença, dos descobrimentos e do papel pioneiros dos portugueses nas grandes navegações oceânicas era o estímulo necessário para dar novo alento ao país, fazendo ressurgir o dinamismo que tinha caracterizado a acção dos antepassados que abriram novos mundos ao mundo. A evocação do passado serviria, deste modo, para a renovação de um presente que era visto como de «apagada e vil tristeza», nas palavras amiúde repetidas do poeta.

Em termos rituais, dois momentos marcaram as cerimónias do centenário: a trasladação dos restos mortais atribuídos a Camões e a Vasco da Gama para o Mosteiro dos Jerónimos e o cortejo cívico que percorreu as ruas da capital e terminou aos pés da estátua do poeta da nacionalidade, onde foram depositas coroas de flores. A evocação da morte dos heróis era uma forma de vincar a sua imortalidade, visto que continuavam presentes na memória da nação e se integravam, com todas as honras, no respectivo património. O descobridor do caminho marítimo para a Índia passou a repousar ao lado do cantor da sua proeza, numa igreja mandada construir por D. Manuel, no início do século XVI, que se tornou um símbolo de uma época gloriosa e o primeiro Panteão Nacional.

Em contraponto, a «procissão cívica» era um grito de vida que punha a desfilarem os representantes das câmaras municipais e de todo o género de associações, com os trajes tradicionais, os pendões e os estandartes, os carros alegóricos, onde a história e o futuro se cruzavam. A par destes dois eventos marcantes, teve lugar uma vasta gama de iniciativas que se destinavam a elevar a instrução e a cultura do povo: edições populares da obra de Camões, conferências nas escolas e nos quartéis, artigos na imprensa, exposições sobre a história e as artes. A mensagem era clara: a revivescência da nação depende da consciência e da acção do povo que, para o efeito, tem de ser educado e conhecer o seu passado. De um ponto de vista ideológico, a tónica do tricentenário foi dada pelos sectores republicanos e pelos monárquicos mais liberais.

### **Camões na República**

A memória do tricentenário passou a fazer parte dos fastos republicanos. Por isso, o já referido feriado municipal acabou por assumir foros de evento nacional, ao qual se associavam o presidente da República e o governo. O ponto alto das comemorações era, geralmente, o cortejo das escolas, no qual se integravam outras corporações e, por vezes, as

próprias figuras do Estado, quando não assistiam ao desfile das varandas do edifício da Câmara Municipal.

A presença dos jovens estava ligada à ideia do futuro e da continuidade da nação, bem como à instrução e à adesão das novas gerações aos valores patrióticos. Junto do monumento, eram proferidos os discursos e colocavam-se as coroas de flores. A mensagem e o ritual republicano e demoliberal associavam a memória de Camões ao binómio Povo/Instrução, simbolizados pelo desfile das crianças das escolas e dos asilos que eram, afinal, uma força facilmente mobilizável todos os anos. Pretendia-se que o Dia de Camões tivesse um carácter sério, de certo modo austero e imbuído de fervor patriótico.

Contudo, entre as intenções e a prática nem sempre é possível estabelecer uma efectiva consonância. Logo em 1911, sob o sugestivo título «Camões, o novo santo de Lisboa», criticava-se nas páginas da revista *Ilustração Portuguesa* a confusão que, inevitavelmente, se iria fazer entre o Dia de Camões e os tradicionais festejos dos santos populares. Escrevia o articulista: «A três dias de distância do Santo António, milagreiro lisboeta, que o povo festeja com fogueiras e descantes, com fogos de artifício e bailes de roda, este aniversário de Camões teve uma celebração quase idêntica. Não houve maneira de evitar a confusão incrível.»<sup>4</sup> A «festa patusca», nas palavras do jornalista, sobrepunha-se ao ritual cívico e patriótico e, essa sim, mobilizava a população lisboeta.

As festas da cidade compunham-se de uma multiplicidade de iniciativas, patrocinadas pelas autoridades locais: as festas desportivas, um certame de bandas regimentais, o festival da aviação –uma novidade muito apreciada na época–, a «batalha de flores», os cantares e danças regionais, bem como os concursos de montras com os quais se pretendia cultivar o gosto e embelezar a cidade. A variedade das realizações dependia de factores políticos e financeiros, pelo que, num período tão conturbado como o da I República, o programa não era sempre igual.

O evento específico das celebrações camonianas era o cortejo cívico que dependia, naturalmente, das conjunturas políticas. Em 1913, houve incidentes graves no desfile, porque um grupo de operários anarco-sindicalistas, empunhando uma bandeira negra, onde se lia «Pão e Trabalho», pretendeu integrar-se no cortejo e foi impedido por populares e pela polícia. Rebentou um petardo; morreu um homem e vários ficaram feridos. Houve prisões e arruaças.

Só em 1916 voltou a realizar-se um imponente cortejo que contou com a presença do chefe do governo, António José de Almeida, e do presidente da República, Bernardino Machado. A demonstração servia para dar a nota da unidade nacional e para erguer os ânimos patrióticos, em vésperas da entrada de Portugal na guerra. No ano seguinte, o dia

<sup>4</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 2.ª série, vol. IX, 1911, pp. 780-781.

foi celebrado como Dia dos Aliados e o tema da guerra dominou todas as intervenções públicas. Só nos anos 20, voltaram as comemorações propriamente camonianas. A partir de 1923, sob a égide de Sebastião Magalhães Lima, ganharam uma maior solenidade cívica, antecipando o quarto centenário do nascimento.

Naquele contexto internacional fortemente nacionalista, a designação adoptada para as celebrações do centenário foi de Festa da Raça. A expressão continuou a ser usada e insere-se na ascensão dos fascismos e das ideologias racistas que tiveram grande impacte no período entre as guerras na Europa. Mas o termo raça era utilizado pelos republicanos demoliberais de forma vaga e imprecisa. Geralmente, significava o conjunto dos portugueses, vistos como um povo com características antropológicas distintas de outros povos. A antropologia dedicava-se, então, a estudar os crânios e a discernir as configurações físicas dos diferentes grupos humanos. E, por sua vez, os nacionalismos estribavam-se na ideia da diferença entre as raças e na suposta superioridade de umas sobre as outras. Por isso, naquele contexto ideológico, perpassava nos discursos comemorativos uma preocupação com o «aviltamento» das qualidades da raça, que se queria regenerar, através da instrução, do exemplo dos grandes homens e do exercício físico. As paradas de ginástica passaram, então, a fazer parte do programa das celebrações, sem menosprezo do valor atribuído à cultura do espírito e à instrução do povo.

### Camões na Ditadura

A 11 de Junho de 1926, nas páginas do *Diário de Notícias*, lamentava-se que o Dia de Camões tivesse passado quase despercebido: «Mais uma vez, e quasi completamente, a Pátria o esqueceu. Se não fora o apreciável feriado que Lisboa gastou por desafios de futebol, tourada, passeios pelos arrabaldes e pândegas, Camões não tinha a mais leve lembrança do seu povo [...]».<sup>5</sup> Porém, não deixou de haver as tradicionais salvas, o embandeiramento dos edifícios públicos, a colocação de flores no monumento e no túmulo, no Mosteiro dos Jerónimos, e preleções nas escolas, «em que oradores patriotas [...] queimaram o incenso de algumas palavras bondosas», no dizer do jornalista. E não foi pouco se tivermos em conta que o golpe de Estado militar tinha ocorrido há cerca de duas semanas e os quadros políticos estavam assoberbados por outro tipo de preocupações naquele momento.

Em 1927, a Sociedade Histórica da Independência Nacional assumia a direcção das comemorações e promovia uma sessão solene, presidida pelo general Carmona, na Sociedade de Geografia de Lisboa. Entre várias iniciativas, como a inauguração do monumento ao Adamastor, no Jardim do Alto de Santa Catarina, promoveu-se o tradicional desfile

<sup>5</sup> *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 de Junho 1926.



das escolas que terminou junto da estátua, no Largo Camões. Uma força de 400 ex-combatentes da Grande Guerra destacou-se nas cerimónias junto do monumento.

Nos anos seguintes, continuou a manter-se a tradição da deposição de flores no monumento, a par de espectáculos como a exibição das bandas regimentais, a parada escolar, no Campo de Jogos das Amoreiras, e a sessão solene na Sociedade de Geografia para as entidades oficiais. A mensagem continuou a ser republicana e laica, mas o cortejo foi substituído pelas romagens à estátua e ao túmulo. Os jovens das escolas apareciam formados em parada, a antecipar as futuras exibições da Mocidade Portuguesa, no Estado Novo. As récitas, os saraus, as conferências nas escolas continuaram a assinalar a efeméride, por iniciativa dos organismos públicos e particulares.

Nos anos 30 e 40, o Estado Novo não se empenhou especialmente na celebração desta data por estar muito ligada à memória demoliberal. Além disso, o feriado continuava a ser prejudicado pela proximidade das festas dos santos populares. Em 1932, realizaram-se pela primeira vez as marchas populares de Lisboa e os festejos passaram a ter maior fulgor. Nessa época, as comemorações do vate das letras portuguesas circunscreviam-se a conferências para um público restrito, a exposições bibliográficas e iconográficas e, eventualmente, sessões culturais nas escolas. A Câmara de Lisboa manteve quase ininterruptamente a tradição da romagem ao monumento para depor flores. Mesmo após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, vários presidentes do município quiseram honrar desse modo a memória do poeta.

Nos anos 50, retomou-se a sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa com o objectivo de homenagear os professores primários e de reconhecer o mérito do seu trabalho. O presidente Óscar Carmona começou por condecorar dois professores, mas nos anos posteriores o número de docentes que ia receber as insígnias da Instrução Pública ascendia a várias dezenas. Foi necessário, por conseguinte, transferir as cerimónias para instalações mais amplas, nomeadamente para o Instituto Superior Técnico. Mantinha-se, deste modo, a associação entre a comemoração camoniana e a instrução pública, representada pelos seus primeiros servidores, os professores do ensino primário.

Em 1958, decidiu-se transferir a tradicional apresentação de cumprimentos ao presidente da República, que costumava realizar-se na altura do Ano Novo, para o Dia de Portugal. A recepção no Palácio de São Bento passou a mobilizar a atenção das entidades oficiais. Nas embaixadas portuguesas espalhadas pelo mundo também passou a haver cerimónias para assinalar o dia da nação. Apesar deste novo enfoque das celebrações, na sessão solene continuou a homenagear-se os professores primários. Em geral, também decorriam concertos de bandas

militares e festivais da Mocidade Portuguesa que mobilizavam os jovens das escolas.

O início da guerra colonial trouxe uma alteração significativa ao panorama das comemorações do Dia da Raça, como vulgarmente eram designadas. A partir de 1963 passou a ser o dia em que se condecoravam os soldados que se tinham distinguido nas colónias ou, como titulava o jornal *O Século*, em primeira página, o dia em que o regime celebrava «A firmeza, a abnegação, o estoicismo dos heróicos defensores da África e da Índia Portuguesa».<sup>6</sup> A cerimónia realizava-se no cenário privilegiado da Praça do Comércio com a maior solenidade e imponência. Era presidida pelo presidente da República e estavam presentes as autoridades civis e militares. Nas diversas regiões militares do país e do ultramar, os mesmos cerimoniais tinham também lugar para evocar os mortos em combate e os «bravos», como referia a imprensa. O número dos condecorados foi aumentando com a intensificação da guerra.

No discurso oficial, a guerra colonial era apresentada como uma nova epopeia de Portugal contra os inimigos da Civilização Ocidental. Do mito camoniano recuperava-se a faceta de soldado, que perdeu o olho direito na guerra, em Marrocos, e de arauto da cristandade contra os inimigos da fé e dos portugueses. Valorizava-se, desta forma, a associação entre Camões e o Império que remontava às representações do século XIX. O épico era, efectivamente, um símbolo do Portugal imperial, mas esta ideia nunca tinha estado tão presente nos rituais como no período do Estado Novo.

Como nota, vale a pena referir que, em 1880, se chegou a pensar em colocar verdura na ponta das espingardas dos soldados que iriam desfilar no cortejo cívico, numa manifestação de pacifismo que casava bem com a ideia de que a regeneração da pátria se faria pela educação e pelos valores positivos da civilização. O intento não foi avante porque as chefias militares entenderam que o gesto era ridículo, pouco digno de verdadeiros soldados e propiciador de indisciplina, pelo que os homens ficaram nos quartéis. Não se pense, contudo, que os tempos eram menos belicosos quando estavam em causa as colónias. Não se pode esquecer as campanhas militares para submeter os povos revoltados que se prolongaram por várias décadas com o empenho quer da monarquia constitucional quer, depois, do regime republicano. Mas o espírito que animou a realização do tricentenário era outro e ainda não tinha havido a Conferência de Berlim que desencadeou a corrida à ocupação efectiva dos territórios africanos.

Dos anos 60 até ao final do regime, continuaram as cerimónias civis que já referimos a par das militares. Em 1966, começou-se também a condecorar os civis que se tinham destacado na vida pública e cultural

<sup>6</sup> *O Século*, Lisboa, 10 de Junho de 1963.

do país, no Palácio de Belém. Em 1968, o editorial do diário *O Século* destacava em título «Uma raça que se distingue» e escrevia:

«Não é um grupo étnico, é uma raça bem definida e constituída por vários grupos étnicos em que um, por superior, dirige, orienta e impulsiona. A Raça Portuguesa – caso raro na história da Humanidade – nunca teve nem tem em conta as características geográficas, a cor da pele, os graus de civilização. Tem os outros grupos étnicos como parte de uma Humanidade que deseja ajudar a melhorar e mais seguros movimentos de valorização e progresso [...]. A nossa raça distingue-se pelo carácter, pelo idioma, pela unidade e pelo ideal.<sup>7</sup>»

A raça é, nesta óptica, uma espécie de estirpe que distingue os portugueses dos outros e, mais do que uma realidade, é um ideal marcado pelo valor do heroísmo, do sacrifício e da abnegação aos ideais cristãos e civilizacionais do Ocidente, de que os portugueses seriam a guarda avançada no mundo. Os versos de *Os Lusíadas* pontuavam os discursos públicos e esconjuravam-se os Velhos do Restelo que não acreditavam no que era considerado o verdadeiro destino de Portugal: ser uma grande nação una e indivisível, do Minho a Timor. Em 10 de Junho de 1973, ainda *O Século* colocava em título, na primeira página: «Hoje é o dia da Pátria – una e indivisível». Cerca de um ano mais tarde o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 acontecia, precisamente, porque não era possível manter por mais tempo essa ficção e o regime colonial entrara em irremediável colapso.

### Camões após o '25 de Abril'

No dia 10 de Junho de 1974, *O Século* não trazia editorial sobre o Dia de Portugal e a grande notícia em destaque era o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. Todavia, no canto inferior esquerdo da primeira página, noticiava-se que o dia não tinha passado despercebido. Com o título «Dia de Portugal, um 10 de Junho diferente», noticiavam que tinha havido uma jornada de solidariedade com o Movimento das Forças Armadas. Pelas 16 horas, partira do Parque Eduardo VII um cortejo em direcção aos Restauradores e ao Largo Camões, onde os manifestantes colocaram flores na estátua do poeta. Em Belém, junto do Mercado da Primavera, um vasto grupo de artistas organizou uma festa com teatro, música e a pintura colectiva de um painel alusivo ao 25 de Abril. Na reportagem sobre o evento, o escritor Urbano Tavares Rodrigues escreveu:

«Dia do povo e não da raça. Dia da liberdade e da fraternidade, dia de Portugal restituído à liberdade e à vocação democrática dos heróis anónimos do cerco

<sup>7</sup> *O Século*, Lisboa, 5 de Junho de 1968, p. 1.

de Lisboa descritos pela pena colorida de Fernão Lopes, à grande tradição patriótica, vinculada às massas, das insurreições do Alentejo e de Lisboa, em 1640, contra o domínio castelhano, das grandes batalhas do liberalismo, em 1820. Dia das mães unidas, da imaginação à solta, da convergência das artes, da profunda expressão de reconhecimento e solidariedade do Movimento Democrático dos Artistas Plásticos com o Movimento Libertador das Forças Armadas, ao qual se deve a dignificação do país, seu ingresso num convívio internacional, de que estava justamente segregado, devido à imagem da ditadura fascista.<sup>8</sup>

Era outra a história que o articulista tinha em mente, a dos movimentos populares e das insurreições que tinham permitido construir a independência nacional e a democracia. Todo o texto revela que, no seio da esquerda portuguesa mais culta, ainda subsistiam antigas imagens de Camões, aquelas que tinham sido criadas pelos liberais e pelos republicanos no passado. Ao nível oficial, as principais cerimónias militares decorreram na Base Aérea da Ota, com a presença do Chefe do Estado.

Em 1975, o 10 de Junho aparecia associado à «Batalha da Produção» e era, por isso, um dia de trabalho gratuito para a nação. A conjuntura política estava marcada pela ascensão do Partido Comunista, pelas nacionalizações de grandes empresas e por um clima de crise económica e social. Apesar disso, a Câmara de Lisboa organizou uma cerimónia de deposição de flores junto do monumento do épico, onde foram ouvidos os hinos de Lisboa e o nacional, executados pela banda da Polícia de Segurança Pública.

No ano seguinte, o dia quase esteve votado ao esquecimento, mas o Movimento Nacional Luís de Camões, recém-criado, e a Câmara Municipal de Lisboa realizaram a tradicional cerimónia de homenagem junto da estátua. O poder político estava dominado por preocupações mais imediatas, nomeadamente as eleições para a presidência da República que tiveram lugar a 27 de Junho. O general Ramalho Eanes foi eleito à primeira volta com uma significativa maioria, depois de se ter distinguido no golpe militar de 25 de Novembro de 1975 que pôs termo à ascensão política das forças esquerdistas.

Em 1977, o general Ramalho Eanes decidiu dar nova dignidade ao Dia de Camões. Nomeou o major Victor Alves comissário e o dia foi rebaptizado de Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas. As cerimónias foram descentralizadas para as cidades da província e passaram a ter como ponto alto, ao nível oficial, as prolongadas sessões de condecoração de figuras civis e militares. A cidade

<sup>8</sup> «Dia da Arte e do Povo no Mercado da Primavera», *O Século*, Lisboa, 12 de Junho de 1974, p. 4.

que recebe a hierarquia superior do Estado e os convidados tem a responsabilidade de organizar o cenário das celebrações e os eventos que decorrem em paralelo com as cerimónias políticas, naturalmente com a colaboração dos serviços e do protocolo da presidência. Os discursos ficam a cargo de figuras cimeiras da cultura nacional, geralmente escritores, e dos políticos, destacando-se a intervenção do presidente da República.

A 10 de Junho de 1977, coube a honra à cidade da Guarda que se engalanou para receber um número inusitado de visitantes. A escolha da urbe revela a preocupação das autoridades de ir para o interior do país, para uma região que foi historicamente uma fronteira e uma guarda em relação às invasões terrestres, fortemente marcada pela emigração ao longo dos tempos, expressão de um país mais conservador que tinha oposto resistência à breve deriva revolucionária. A tónica das celebrações foi a da reconciliação e da união de todos os portugueses em prol do progresso e do futuro da nação. Mais uma vez Camões era um símbolo de unidade em torno do qual os cidadãos deviam congregar os esforços para construir um destino melhor. Ele é um símbolo da identidade nacional, mas o que então e ainda hoje se quer valorizar é a vocação universal dos portugueses expressa através dos seus emigrantes espalhados pelo mundo.

Numa era pós-colonial, o nacionalismo português não descarta o universalismo que é, aliás, uma das suas chaves fundamentais. Todavia, as reelaboradas as ideias e os discursos e descobertas novas epopeias na emigração, na expatriação dos portugueses em busca da sobrevivência, no exílio das comunidades portuguesas longe da sua terra natal e na difusão da língua e da cultura portuguesas. E a vida de Camões tem os ingredientes necessários para ser também um símbolo da diáspora nacional: de Lisboa passou ao Norte de África e, mais tarde, ao Oriente por onde deambulou, para regressar saudoso e pobre à pátria que o tinha visto partir.

Os dois escritores convidados para discursar na sessão solene, realizada no ginásio do Liceu da Guarda, Jorge de Sena e Virgílio Ferreira, não deixaram de fazer as necessárias associações entre o poeta e a diáspora da nação. O primeiro, ele próprio um emigrante que se sentia um exilado no seu país, afirmou: «Ninguém como Camões nos representa a todos, em particular aos emigrantes, um dos quais ele foi por muitos anos e aos exilados, outro dos quais ele foi a vida inteira, mesmo na própria pátria, sonhando sempre com um mundo melhor, menos para si mesmo que para todos os outros.»<sup>9</sup> E concluía que não nos podíamos esquecer «que Portugal como Camões é a vida pelo mundo em pedaços repartida.» Por sua vez, Virgílio Ferreira notava

<sup>9</sup> *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de Junho de 2011, p. 4.

que os emigrantes, apesar de estarem ausentes, fazem parte de uma «união que a distância não anula mas pode, pelo contrário, intensificar, eles realizam connosco um destino comum, eles são connosco a terra única *pelo mundo em pedaços repartida*, eles são em nós o que nós somos neles.»<sup>10</sup>

O país reencontrava-se, deste modo, depois do sobressalto revolucionário e da perda das colónias, com a ideia da grandeza e da universalidade de Portugal e o poeta épico da nacionalidade era o símbolo que melhor podia servir esse desiderato. A forma e o tom do dia 10 de Junho, adequados aos novos tempos, tinham sido encontrados pelo regime democrático. Trata-se de celebrações de Estado, solenes e oficiais, descentralizadas, procurando envolver várias regiões do país, em que o discurso cultural fica a cargo de intelectuais, e o discurso político é da responsabilidade da presidência da República. O modelo tem-se mantido com as adaptações próprias do estilo de cada presidência.

Em 1987, iniciava-se a 10 de Junho, precisamente, o ciclo das comemorações dos descobrimentos portugueses que iria culminar com a Exposição Internacional de Lisboa, em 1998, sob o lema «Os oceanos: um património para o futuro». As comemorações do quinto centenário do descobrimento do Brasil, em 2000, praticamente encerraram mais de uma década de celebrações da ideia da grandeza, da universalidade e do pioneirismo da nação portuguesa na gestão do mundo moderno. O Portugal arauto da fé cristã e da civilização ocidental transfigura-se no Portugal que abre novos mundos, que facilita o convívio entre culturas diferentes, que segue na vanguarda do conhecimento e das descobertas. Recria-se a ideia da pátria e, deste jeito, procura-se reinventar o seu destino.

Em Junho de 1989 foi atribuído, pela primeira vez, o prémio literário Luís de Camões a um escritor de língua portuguesa. O prémio foi criado pelos governos português e brasileiro com o objectivo de galardoar um autor de língua portuguesa pelo conjunto da sua obra. O primeiro galardão coube a essa voz ímpar da cultura portuguesa que foi Miguel Torga (1907-1995), mas até ao presente ano já foram atribuídos prémios a diversos autores da chamada lusofonia. Os portugueses e os brasileiros destacam-se naturalmente, mas também foram contemplados dois angolanos, um moçambicano e um cabo-verdiano. A língua é o factor de ligação entre os povos que fizeram parte do antigo império português e, através deste prémio, procura-se valorizar as figuras que a elevam no panorama da criação cultural. Luís de Camões é, por conseguinte, o incontestado patrono deste galardão.

<sup>10</sup> *Ibidem.*

O Dia de Camões sobreviveu à mudança de vários regimes políticos. Resistiu mesmo às vicissitudes da implantação da democracia, à derrocada do império e à integração na Comunidade Económica Europeia. O seu dia mantém-se como Dia de Portugal e alarga-se às Comunidades Portuguesas, incorporando a diáspora como elemento central da portugalidade. O poeta quinhentista, de quem muito pouco se sabe e quase tudo se conjectura, como salientou um dos seus biógrafos, continua a ser um mito de grande plasticidade que facilita múltiplas apropriações, consoante as épocas e as individualidades. Depois de 25 de Abril de 1974, não só foi reinventado como lugar de memória da nação, mas também aparece como patrono de um prémio literário dirigido aos escritores lusófonos. O autor das *Endechas a Bárbara Escrava – Aquela cativa / Que me tem cativo* –, excelso mestre da língua portuguesa, homem de muitas vidas e de grande talento torna-se, deste modo, um símbolo do Portugal que se quer aberto ao mundo e capaz de estabelecer pontes entre os vários continentes.

### Bibliografia

- ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres, Verso, 1983.
- BORDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, 2ª ed.
- BORGES DE MACEDO, Jorge, «Camões em Portugal no século XIX», separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, Coimbra, 1985.
- BRAGA, Teófilo, «O centenario de Camões» em *O Positivismo*, vol. I e II, Porto, 1879-1880, pp. 1-9 e pp. 245-249 (reeditado na revista *Ocidente*, vol. LXXXIII (416), Dez. 1972, Lisboa, pp. 387-405).
- BRAGA, Teófilo, Camões, *Epoca e Vida*, Porto, Lello & Irmãos, 1907.
- CATROGA, Fernando, «Ritualizações da História» em Luis Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-671.
- CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- JOÃO, Maria Isabel, «Património e Memória da Nação: a Iconografia de Camões» em *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 121-152.
- MARTINS, Oliveira, *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

NORA, Pierre (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo I, II e III, Paris, Gallimard, 1984, 1986, 1992.

PAIVA MONTEIRO, Ofélia, *Camões no Romantismo*, Coimbra, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, 1985.

SANSON, Rosemond, *Le 14 Juillet, fête et conscience national (1789-1975)*, Paris, Flammarion, 1976.

SMITH, Anthony D., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997.